
Ditadura Militar e radicalização: uma análise dos comentários na *fanpage* de Jair Bolsonaro¹

Bruno Washington NICHOLS²
Eleonora Camargo de MENDONÇA³
Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR

RESUMO

Ligado a área de comunicação política *online*, o presente estudo analisa a relação do discurso de ódio com o tema da Ditadura Militar nos comentários das postagens do parlamentar Jair Bolsonaro no *Facebook*. Procura-se responder se a discussão sobre um governo não-democrático incita ou não uma postura radicalizada dos internautas. Para concretizar o objetivo, faz-se uma Análise de Conteúdo a partir da utilização das ferramentas de raspagem e processamento de dados Netvizz e NVivo e da aplicação de um glossário de ofensas nos comentários. Nesta investigação se nota que o discurso de ódio aparece, majoritariamente, de forma velada – contrariando a hipótese inicial de que as ofensas diretas seriam maioria.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação; participação política *online*; discurso de ódio; ditadura militar; bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Uma sociedade da informação baseada na convergência, no engajamento *online* e na transformação da noção espaço-tempo. Um debate público alterado pelas redes digitais. Uma crise política e de representatividade em âmbito nacional. Um eleitorado antagônico, como nunca antes – de acordo com o TSE (2014), a eleição presidencial de 2014 foi a mais equilibrada da história. Um cenário de escândalos de corrupção, de descrença na classe política e, por conseguinte, da alta presença do discurso de ódio. Este é o contexto em que se encontra o Brasil, o qual norteia o presente estudo e justifica sua relevância.

Nesse cenário de instabilidade e crise de governabilidade, setores da população e da oposição à direita do governo veem o aumento da repressão e o enrijecimento da legislação criminal como solução pertinente à crise na segurança pública. (SILVEIRA, 2014). Nessa linha, há um discurso ainda mais radical que demanda a volta do Regime Militar. Em 2015, por

¹ Trabalho apresentado no DT 8 –Estudos Interdisciplinares do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná, e-mail: bru.nichols@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná, e-mail: eleonoracmendonca@gmail.com

exemplo, o general Eduardo Villas Bôas precisou descartar a possibilidade de uma nova intervenção dos militares no país⁴.

Dentro desse contexto as redes digitais aparecem como veículo de livre expressão e debate mas, mais do que isso, de radicalização do discurso – tanto o de oposição, quanto o de apoio a determinado tema, seja ele voltado à política ou não. De acordo com Massuchin, Carvalho e Mitozo (2016), o problema está justamente aí: no abandono do debate em favor da ofensa.

O Facebook, por exemplo, é um desses encontros em rede os quais figuras públicas aparecem enquanto protagonistas de uma argumentação *online*, fomentando o engajamento e o posicionamento político. Um desses atores é o político brasileiro Jair Bolsonaro que mantém assentuada discussão nas mídias digitais. O deputado e militar da reserva é também o sujeito central da presente pesquisa que visa analisar a relação entre os pedidos de volta à ditadura e o discurso de ódio presente na sua *fanpage*.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA *ONLINE* NO FACEBOOK E O ÓDIO DIGITAL

A rede digital Facebook é a mais utilizada pelos brasileiros. Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (2015)⁵, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 83% dos brasileiros que usam internet estão nessa página. Dessa forma, é possível observar a crescente importância que as redes digitais tomam para a discussão dos mais variados temas, inclusive os relacionados ao campo político. Neste sentido, torna-se importante retomar o conceito de participação política utilizado por Bobbio et al. (1998), o qual a enxerga como um conjunto de práticas realizadas pelos cidadãos com o objetivo principal de refletir temas ligados ao campo político.

Fatores como a criação, a expansão e a popularização de ferramentas tecnológicas acabaram alterando, em certa medida, a forma com que a participação política acontece. Contudo, tal afirmação não se aproxima de dizer que houve uma revolução ou que se colocou em prática uma substituição no modo de se refletir a política. Porém, pode-se dizer que tais instrumentos abriram espaço para um novo campo de debate público, os quais possuem

⁴ Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/general-do-exercito-volta-a-descartar-intervencao-militar-no-brasil.html>

⁵ Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>

vantagens e desvantagens intrínsecas ao seu modo de funcionamento. Dessa forma, novos paradigmas surgem para serem pensados e explorados cientificamente.

Nessa linha, é possível observar o crescente número de pesquisas que exploram os potenciais da internet e das redes digitais na participação política *online* (GOMES, 2005; SAMPAIO; BARROS, 2010; CARLÃO *et al.*, 2016; AGGIO; REIS, 2013). Entre as características consideradas positivas para o debate público advindas dos novos campos, como as redes digitais, estão a rapidez em se propagar determinada informação e a capacidade de conversação simultânea e sem fronteiras geográficas. (AGGIO, 2015; PANIS, 2013).

Porém, as possibilidades de participação *online* também podem ser analisadas pelo seu espectro prejudicial aos valores democráticos. Ao pensar a relação entre democracia e internet, Baber (2003) constatou que as características democráticas e autoritárias correspondem a lados opostos de algo em comum: o modo de funcionamento da internet. Um exemplo dessa dualidade consiste no anonimato. Conforme Gomes (2002), a não-identificação *online* pode proteger a liberdade individual e oferecer segurança aos indivíduos em relação a governos repressores, porém pode também ser utilizada para atitudes antidemocráticas.

Dentro da conjuntura de crise política brasileira uma das atitudes antidemocráticas mais recorrentes consiste na ofensa a ideologias, a crenças e a indivíduos. Considera-se que essa violência verbal constitui um cenário desfavorável ao debate público, colocando em cheque a tolerância entre os comentaristas (DAHLBERG, 2001, *apud* SILVA, 2013).

MEMÓRIA ONLINE E DITADURA MILITAR

Esta dualidade de possibilidades e atributos das redes digitais também está presente no que diz respeito a memória. Isso porque se pode destacar seu papel enquanto instrumento de registro, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, trabalha tem função do esquecimento. Para Pollak (1989, p.7), ela pode ser caracterizada como a “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Segundo Ferreira e Amaral (2004), falar do processo de memorização é elencar uma “estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro”. Palácios (1999) aponta que na *web* essa memória se torna coletiva. “Este manancial de informação representa uma memória social, dinâmica, organizada e navegável”. (CANAVILHAS, 2004, p. 6).

Contudo, ao mesmo tempo em que esse espaço serve para reunir e disponibilizar o passado de forma mais democrática, para Lévy (1998), ele contribui para o esquecimento, a medida em que pouco se trabalha a favor da conservação e da disseminação dessa informação. Nesse contexto, Canavilhas (2004, p. 8) aponta para a necessidade de se pensar e de se desenvolver as capacidades da internet enquanto memória, a partir de ferramentas de pesquisa e de bases de dados que tenham relação com o que já se utiliza hoje. Segundo ele, trata-se do desafio de compreender a internet e a forma como se pode tirar partido das suas características de uma forma eficiente.

E está justamente nessa preocupação do autor a justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa. Ele aponta a importância de se estudar essa ferramenta em contraposição com os meios tradicionais de comunicação: nesses, os processos de interpretação e investigação são morosos e falíveis. Portanto, tem-se como proposta explorar a participação política na *web* e sua relação com a memória, tendo em vista que isso se caracteriza como parte de um processo de construção de identidade coletiva. (CASADEI, 2011).

Escolheu-se, aqui, como representação do cenário virtual a *fanpage* do Deputado Federal Jair Bolsonaro. Enquanto símbolo de memória estão as discussões relacionadas à Ditadura Militar. Mais especificamente, as manifestações do político e os comentários dos internautas em relação a esse período da história brasileira. Contudo, antes de partir para a apresentação da metodologia utilizada, vê-se necessária uma breve contextualização sobre o período Militar no Brasil.

A virada do dia 31 de março para o primeiro de abril foi marcada pela vitória das forças conservadoras no país. Segundo os apoiadores, um remédio amargo, mas necessário, frente à crise política. O estabelecimento de tal governo se deu a partir da deposição do presidente João Goulart. Ele foi substituído pelo comando das Forças Armadas que ficaram no poder por 21 anos e protagonizaram a doutrina da Segurança Nacional - materializada pela desestruturação política, pelas decisões arbitrárias e pela utilização de dispositivos de censura e de repressão. (GASPARI, 2014).

Desde o evento de Anistia - geral e irrestrita - e da redemocratização do país, em 1984, a memória que passou a perdurar foi a dos vencidos. (ROLLEMBERG *in* Martins Filho, 2014). Contudo, segundo a autora, mais do que isso, deu-se o silêncio em detrimento da memória. Era

a necessidade de esquecer, e sobretudo de negar, para que a cumplicidade, o apoio e a omissão não interferissem tanto na construção da história.

Na contramão desse posicionamento de negação está o debate - seja ele a favor ou contra a ação de 1964. De acordo com o historiador Virgílio Caixeta (*apud* DEUTSCHE WELLE, 2014), o desenrolar do tempo propiciou que a sociedade se sentisse cada vez mais confortável para discutir o tema.

Ligado a isso, no contexto atual, está a influência das redes digitais e suas possibilidades de debate público. À exemplo, a intensa exposição de opiniões identificada na página de Jair Bolsonaro no *Facebook*. O político fala sobre a Ditadura Militar em 32 *posts* desde o ano de sua estreia nessa rede digital, 2013, até fevereiro de 2017. Nessas publicações foram registrados 46.669 comentários. E é justamente para essa massa de informações que esse estudo se voltou.

METODOLOGIA

Para estabelecer uma possível relação entre as postagens de Jair Bolsonaro referentes à Ditadura Militar e o discurso radicalizado expresso por seus comentadores, estabeleceu-se um processo metodológico de Análise de Conteúdo. Os autores Bauer e Gaskell (2003) pensam esse método como uma investigação a partir de técnicas híbridas - quantitativas e qualitativas. Neste sentido, é possível dizer que a AC permite pensar o conteúdo publicado a partir de seu contexto e dos levantamentos quantitativos coletados. (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 13).

É importante apontar que a Análise de Conteúdo é composta por procedimentos bem delimitados. Neste sentido, Alonso, Volkens e Gómez (2012) definem três etapas intrínsecas ao método. A primeira delas, para os autores, consiste na escolha do material a ser analisado. Posteriormente, esse objeto deve ser decomposto em unidades categóricas de análise. Então, dá-se prosseguimento à codificação e à quantificação dos dados. Nesta última etapa, o pesquisador atribui aos textos as classificações presentes no sistema de codificação.

Identificada a metodologia escolhida e sua importância, passa-se para sua aplicação. Primeiramente, para a obtenção das postagens que abordam o tema escolhido, utilizou-se a ferramenta Netvizz. Essa interface de programação é destinada à raspagem (coleta) de dados existentes no Facebook.

De acordo com Raquel Recuero (2014), a novidade do uso dessa técnica nas pesquisas está em sua praticidade. Ao contrário dos métodos de coleta tradicionais, o Netvizz fornece automaticamente um denso banco de dados sobre o comportamento dos usuários, respeitando seus padrões de privacidade. Assim, é possível saber quantas vezes um determinado perfil comentou, e sobre o que, sem definir sua identidade.

A partir da criação do banco de dados, iniciou-se a segunda etapa metodológica: a análise do conteúdo. Para Bardin (1977), esse método analítico de pesquisa se baseia em um conjunto de procedimentos que possibilita a compreensão das condições de produção e de recepção das mensagens. Os comentários foram analisados a partir da categoria “radicalização”, presente na variável “reflexividade”, elaborada por Jensen (2003), que considera as reações negativas a uma publicação.

Assim, o *corpus* da presente pesquisa abarca as postagens que tratam do Regime Militar brasileiro, publicadas pelo deputado Jair Bolsonaro no Facebook e todos os comentários dessas manifestações *online*. São, ao todo, 32 *posts* realizados entre 2013 e 2017 e 45.669 comentários de qualquer teor.

O recorte temporal para a análise se dá a partir da estreia do político no *Facebook*, em 14/06/2013 até sua última postagem sobre o Regime Militar em 06/02/2017. Dentro dos comentários acima citados, foi realizada uma contagem de palavras com o objetivo de verificar as mais utilizadas sob o seguinte critério: extensão mínima de três caracteres, palavras com correspondência exata e derivadas a partir do seu radical (gênero, número, grau, classe gramatical).

Para pesquisar diretamente a radicalização nos comentários, estabeleceu-se um glossário com vinte palavras de ódio, aplicadas aos mil termos mais cotados pelo programa NVivo. Tal lista de ofensas foi determinada a partir da análise prévia do material coletado.

Com o objeto e o *corpus* estabelecidos, a proposta do estudo é responder se há ou não uma relação significativa entre os *posts* (de Jair Bolsonaro) sobre a Ditadura Militar e o discurso de ódio (dos comentadores de sua página). Parte-se da hipótese de que o debate público sobre a Ditadura foi marcado majoritariamente pelo uso de expressões ofensivas.

O apoio aos ideais adotados naquele período - compreendendo aí a violência institucionalizada, a suspensão de direitos constitucionais e humanos, a supressão da liberdade de expressão e o aumento do controle social por parte do Estado - foram expressos através de

Nesse levantamento das cinquenta palavras mais utilizadas, tem-se que três delas são de discurso radicalizado: “Merda” - 1.023; “Bandido” - 945; “Lixo” - 625. Elas aparecem em 23º lugar, 26º e 44º, respectivamente. No esquema a seguir (FIGURA 2) é possível visualizar os dados descritos acima.

Figura 2: Cinquenta palavras mais recorrentes nos comentários sobre a Ditadura Militar, com destaque para as radicalizadas



Fonte: NVivo / Infogr.am

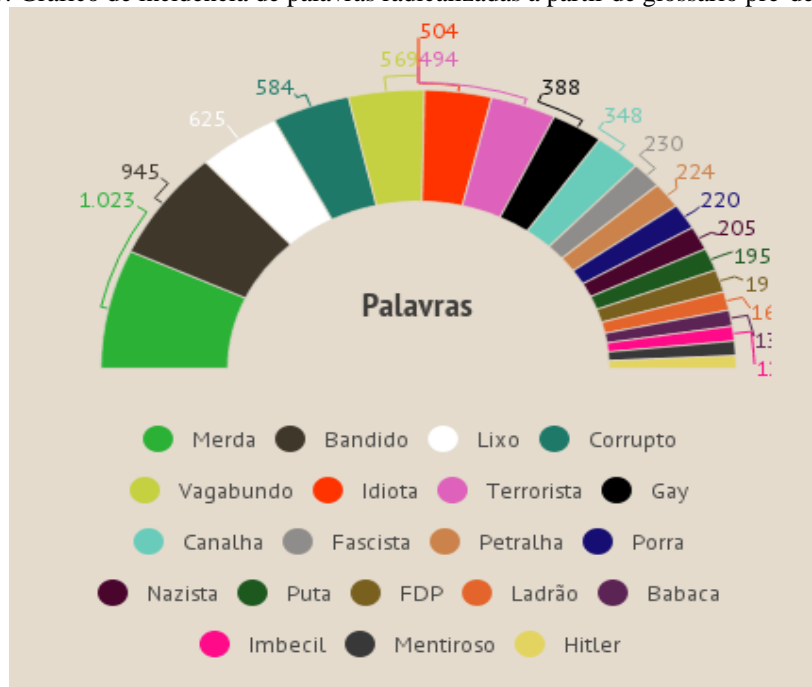
Vale ressaltar que as palavras, e não os comentários, são a unidade de análise desta pesquisa. Portanto, se, em uma mesma publicação, determinada palavra foi utilizada mais de uma vez, todas elas são contabilizadas. Também, sublinha-se que as flexões em número e gênero de cada termo, quando existentes, também foram calculadas.

No levantamento, percebeu-se a grande utilização de algumas palavras não relacionadas diretamente a Jair Bolsonaro como “Enem” e “Mulher”. Também a larga citação da ex-presidente Dilma Rousseff.

Ainda com base nos dados da ferramenta NVivo, a pesquisa partiu para a quantificação das palavras consideradas radicalizadas. A seleção de termos compõe um glossário que foi aplicado às quinhentas expressões com maior assiduidade nos comentários sobre a Ditadura. Como citado logo acima, tem-se “Merda”, “Lixo” e “Bandido” como as três mais presentes. Após, assinala-se “Corrupto” e “Vagabundo”. O levantamento completo de palavras

determinadas para o Glossário e seu índice de aparecimento podem ser observados na imagem abaixo (FIGURA 3).

Figura 3: Gráfico de incidência de palavras radicalizadas a partir de glossário pré-determinado



Fonte: Infogr.am

ANÁLISE E CONCLUSÕES FINAIS

Com os dados coletados foi possível observar que a radicalização - ligada às palavras de ofensa direta - está presente, mas em menor grau do que levantado na hipótese. Aparece, em contraponto, uma grande quantidade de comentários com discurso de ódio velado.

Tem-se que o termo mais utilizado foi o nome do autor da *fanpage*. Pode-se dizer que as 7.062 menções a “Bolsonaro” não são simplesmente uma etiquetagem. Isso porque, segundo Ana Maria Machado (1976), a nomeação marca o indivíduo em uma classe predeterminada, sublinhando a subjetividade e a posição social daquele que nomeia. Na mesma linha de raciocínio da autora, é possível aproximar a utilização do termo “senhor” – aqui, não tanto para invocar uma entidade, quanto para demonstrar um tratamento de respeito.

As palavras “Brasil”, “Militares” e “País” têm elevado número de digitação pelo contexto das postagens de Jair Bolsonaro. Aliando uma análise qualitativa dos comentários ao destaque dos termos “Presidente”, “2018” e “voto”, notou-se que eles se referem, em suma, à candidatura do político à próxima eleição à Presidência da República. Com relação à palavra “Dilma” é possível confirmar seu aparecimento a partir do contexto do período das postagens:

Dilma Rousseff, então Presidente da República (2011-2016); *impeachment* quando neste último ano; crise política (já mencionada).

Contudo, expõe-se que as palavras que chamaram a atenção dos pesquisadores durante o levantamento foram “Mulher” e “Enem”. O motivo da inquietação se dá pelo fato de elas serem divergentes do tema proposta para a análise – Ditadura Militar no país. Sob uma análise qualitativa desses conceitos (realizada *a posteriori*), constatou-se que a palavra “Mulher” aparece, majoritariamente, em dois contextos distintos. O primeiro deles diz respeito à discussão sobre feminismo, machismo, igualdade e violência. É possível observar alguns exemplos dessa incidência:

Estupro, Sequestro, Latrocínio e Trafico de Drogas deveriam ser punidos com Pena de Morte! (...) No Regime Militar o Estuprador tinha medo da Polícia mas hoje vive tranquilo pois sabe que vai ficar separado e no máximo em 4 anos esta livre. (...) uma vergonha este país!
(Netvizz, 27 de mai. 2016, comentário 636372556511734_636401256508864).

Bolsonaro, você não me representa! Fascista, homofóbico, golpista! Apoiar ditadura militar, um dos maiores torturadores de todos tempo é o cúmulo do absurdo! O Ustra colocava rato na vagina de mulheres, explorava ela com violência sexual! Você acha isso correto? Vai ler um livro de história, ou então, procura um hospital psiquiátrico! Canalha!
(Netvizz, 19 de abr. 2016, comentário 546694672146190_459874364212829).

O segundo contexto de aparecimento da palavra “Mulher” tem relação à resposta/direcionamento de algum comentador a uma correspondente do sexo feminino. Une-se a isso a noção de representação e papel da mulher na sociedade - o “ser mulher”.

Você sim merece ser chamada de MULHER, (...) mulher inteligente é ser MULHER de verdade.
(Netvizz, 27 de mai. 2015, comentário 636372556511734636387649843558).

(...) será sempre lembrado pelos homens e mulheres de honra de nosso País. Durma em paz grande coronel. Tens o meu total reconhecimento pelos grandes feitos. Parabéns a sua família que só tem a engrandecer a nossa Pátria.
(Netvizz, 16 de out. 2015, comentário 546694672146190_546948218787502).

De certa maneira esse termo se conecta à palavra “Enem”. Isso porque essa foi utilizada em grande quantidade em uma publicação específica sobre o tema da redação da prova: Violência contra mulher na sociedade brasileira. A postagem de Jair Bolsonaro faz uma crítica ao teste e aos temas cobrados e relaciona essa problemática à Ditadura Militar. É possível ler a frase do Deputado na citação abaixo:

(...) O sonho petista em querer nos transformar em idiotas materializa-se em várias questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino MARXISTA). Essa canalhada deverá ser extirpada do poder em 2018 com o VOTO IMPRESSO ou antes da mesma forma como o Congresso em 02 de abril de 1964 cassou o comunista João Goulart. (...).
(Netvizz, 25 de out. 2015, *post* 211857482296579_549506448531679).

Pode-se inferir, portanto, que esses últimos conceitos - “Mulher” e “Enem” - estão atrelados a dois debates particularmente polêmicos que instigaram uma grande participação dos comentadores/internautas. Na ordem das palavras radicalizadas/ofensivas, pode-se dizer que se esperava um número maior de incidência e de diversidade.

Contudo, a partir dessa análise quanti-quali, é possível constatar que, apesar de as ofensas diretas não estarem presentes em tão grande número como se esperava, o discurso de ódio também é expressado por meio de investidas veladas. Isso se revela, por exemplo, a partir do binarismo estabelecido nos comentários.

Cara, tirem a venda, é isso que a galera quer que vocês pensem (...). A galera que pensa isso é a mesma galera influenciada pela mídia, são como as ondas do mar, que o vento leva de um lado pro outro. Tão querendo implantar na mente de vocês e vocês não entendem galera, acorda!!
(Netvizz, 26 de out. 2015, comentário 549506448531679_549967228485601).

O comentário acima exemplifica o binarismo – apontamento negativo do comportamento do outro. Observa-se, no entanto, que, apesar de haver ofensa no conteúdo, ela é velada. O internauta não utilizou recursos diretos de radicalização. De acordo com DUSCHATZKY et al. (2001, p. 122), a lógica binarista foi inventada e é utilizada na Modernidade como forma de denominar “o componente negativo da relação cultural”.

Tal cenário ilustra também os conceitos de Outro e Terceira Pessoa, estudados respectivamente por Stuart Hall (2016) e SILVA; ROSSETTO (2014) e discutidos em DUSCHATZKY et al. (2001). Os autores apontam que tal discurso está direcionado ao Outro, fugindo de uma análise crítica do Eu e de suas próprias posições.

(...) o centro expulsa suas ansiedades, contradições e irracionalidades sobre o termo subordinado, levando-o com as antíteses de sua própria identidade. O outro simplesmente reflete e representa aquilo que é profundamente familiar ao centro, porém projetado para fora de si mesmo. (DUSCHATZKY et al. 2001, p. 122)

Nessa linha de raciocínio, afirma-se que, no ambiente virtual, o binarismo se fortalece e é ilustrado no discurso de ódio. Resgata-se, aqui, a discussão sobre o anonimato, a liberdade individual, a segurança do indivíduo e as atitudes antidemocráticas – ideias expostas por Gomes (2002).

Ao final da análise dos dados é importante frisar que o presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa de caráter prospectivo e inicial, no sentido de verificar a relação entre a temática da Ditadura Militar e o discurso de ódio (radicalização) na página do Facebook do Deputado Jair Bolsonaro. Vale dizer também que essa pesquisa, assim como qualquer outra, se dá a partir de significados políticos inerentes ao pesquisador. Tem-se esse sujeito como um tradutor que se esforça para deixar suas posições de lado, mas a própria escolha das palavras do glossário já contém caráter valorativo.

De todo modo, constata-se a pertinência em observar a participação política *online* e as discussões atuais relacionadas a temas do passado, como a Ditadura Militar, e às perspectivas sobre o futuro, como a eleição de 2018. Nessa linha, observa-se a importância de continuar esse estudo – tanto a partir da extensão da análise dentro do mesmo *corpus*, quanto da ampliação dos temas em outras publicações do parlamentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Camilo. **Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras.** Revista Compós, v. 18, n. 1, 2015.

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. **Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012.** Revista Compolitica, v. 3, p. 155-188, 2013.

ALONSO, Sonia; VOLKENS, Andrea; GÓMEZ, Braulio. **Análisis de contenido de textos políticos. Un enfoque cuantitativo.** Madrid: Colección Cuadernos Metodológicos, 2012.

BABER, Z. **New Media, New Politics? The Internet and the Prospects for Digital Democracy.** Bulletin of Science, Technology & Society, 23(2):125-128, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa Edições 70, 1977.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: Um manual prático.** Petrópolis. Editora Vozes, 2003.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política.** 11ª edição. Brasília: UNB, 1998.

CANAVILHAS, João. **A Internet como memória.** BOCC, 2004.

CARLÃO, Ana; MAIA, Carla; SANTOS, Márcio. **Deliberação nos comentários dos leitores de jornais online: caso da secção de educação do Público.** PT. Internet Latent Corpus Journal, v. 6, n. 1, p. 70-92, Aveiro, 2016.

-
- CASADEI, Eliza Bachega. **Os novos lugares de memória na internet: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line**, 2011. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- CAVALCANTE, Ricardo; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta. **Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Revista Inf. & Soc., v. 24, n.1, p. 13-18, João Pessoa, 2014.
- DEUTSCHE WELLE. **Debate sobre 1964 nunca foi tão presente, mas ainda é limitado**, 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/debate-sobre-1964-nunca-foi-t%C3%A3o-presente-mas-ainda-%C3%A9-limitado/a-17523282>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- DUSCHATZKY, Silvia et al. **O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação**. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, p. 119-138, 2001.
- FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. **Memória eletrônica e desterritorialização**. Política & Sociedade, v. 4, p.137-166, abr. 2004.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Editora Intrínseca, 2014.
- GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Rio Grande do Sul, 2005.
- _____, Wilson. **Internet, censura e liberdade**. In: R. PAIVA (org.), Ética, cidadania e imprensa. Rio de Janeiro, Mauad, p. 133-164, 2002.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Ed. PUC-Rio, 2016.
- JENSEN, Jacob. Public Spheres on the internet: anarchic or Government-sponsored – a comparison. Scandinavian Political Studies, p. 349-374, 2003.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.
- MACHADO, Ana Maria. **Recado do nome. Leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos. **Modelos de Jornalismo**. Salvador: Edições GJOL e Ed. Calandra, 2003.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. Edufscar, 2006.
- MASSUCHIN, Michele Goulart et al. **Debate online em período eleitoral: Diferenças e similaridades no comportamento dos comentaristas**. In: CERVI, Emerson Urizzi et al (Org.). Internet e eleições no Brasil. Cap. 2. p. 36-62. Curitiba: Cwbc, 2016.
- _____, Michele; CARVALHO, Fernanda; MITOZO, Isabele. **Eleições, radicalização e redes sociais: os comentários no Facebook durante a disputa presidencial em 2014**. 40º Encontro anual da ANPOCS,

NETVIZZ. Disponível em: <<https://apps.facebook.com/netvizz/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

PALÁCIOS, Marcos. **Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória**. Digital, 1999.

PANIS, Natalia. **Participação política e internet: uma análise dos comentários no portal estadão.com na eleição para presidente de 2010**. Curitiba. Monografia em Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RECUERO, Raquel. **Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook**. Verso e Reverso, p. 114-124, Pelotas, 2014.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. **General do Exército volta a descartar intervenção militar no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/general-do-exercito-volta-a-descartar-intervencao-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SAMPAIO, Rafael; BARROS, Samuel. **Deliberação no jornalismo online: um estudo dos comentários do Folha.com**. Intexto, p. 182-201, Porto Alegre, 2010.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. . **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SILVA, Maria; ROSSETTO, Graça. **Efeito de terceira pessoa e distância social: percepção da influência dos media no eu, no semelhante e no outro na propaganda da prefeitura municipal de Salvador**. Animus, p. 235-252, Santa Maria, 2014.

SILVA, Marisa. **Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras**. Rev. Comunicação e Sociedade, v. 23. São Paulo, 2013.

SILVEIRA, Sergio. **O embate das redes**. Em Debate, v.6, n.7, p.28-34, Belo Horizonte, 2014.

TSE. **Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>. Acesso em: 09 abr. 2017.